

Serra e os paulistanos*

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Publicado em: 04/11/2004

Enfrentar as enormes desigualdades sociais presentes entre os moradores da cidade é o grande desafio

A maioria dos paulistanos escolheu José Serra e o PSDB para governar, nos próximos quatro anos, a cidade de São Paulo. Serra teve 55% e Marta 45% dos votos. É o jogo democrático. E o respeito de todos à decisão da maioria expressa um pacto, o pacto democrático e republicano, no qual o prefeito eleito se compromete a governar para todos.

Enfrentar as enormes desigualdades sociais presentes entre os moradores da cidade é o grande desafio. São essas desigualdades que provocam a violência e a criminalidade, que transformam São Paulo numa cidade que amedronta seus cidadãos. São desigualdades produzidas pela especulação imobiliária, que ao mesmo tempo cria algumas Alphavilles e centenas de favelas. São desigualdades produzidas pelas discriminações de todo tipo, com a mulher, com o negro, com o pobre. São desigualdades no acesso a serviços de saúde e educação, que separa aqueles que podem pagar daqueles que só têm acesso a um precário serviço público. São desigualdades entre aquele que anda a pé ou de ônibus, e aquele que tem o seu carro.

O papel do Governo municipal é garantir que todos tenham acesso e usufruam da cidade, de seus equipamentos, de seus serviços. E para cumprir este papel a Lei Orgânica Municipal determina a descentralização do governo e a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Para isso foram criadas as Subprefeituras e os Conselhos de Representantes, que deverão ser eleitos no próximo ano pela população de cada Subprefeitura. Para garantir o direito à cidade existem também os Conselhos de Gestão de políticas como as de saúde, de defesa dos direitos da criança e do adolescente, de assistência social.

Um prefeito não governa só. Ele precisa de sustentação não só na Câmara Municipal, mas da população da cidade. Este novo Governo, para cumprir seu papel de garantir a universalização de direitos, vai precisar contar com a participação da cidadania através de suas associações, suas entidades, seus movimentos sociais. Essa participação é indispensável para o governante, porque ela permite compensar as pressões vindas dos setores privados que só vêem a cidade como fonte de bons negócios e direcionar sua ação pelo interesse público.

São Paulo tem milhares de organizações comunitárias, muitas hoje organizadas em fóruns e redes, que demandam melhorias e, mais do que tudo, o seu reconhecimento como atores sociais e políticos. Os movimentos sociais, as entidades e associações comunitárias são grupos

de cidadãos que se organizam na defesa de direitos. Suas reivindicações e manifestações não podem ser combatidas ou criminalizadas, precisam ser compreendidas como parte de um processo de pressão e negociação que é legítimo e necessário. Essas negociações por políticas de maior cobertura e qualidade, por participação, são o grande desafio dos governos democráticos e a fonte da sua legitimidade ou ilegitimidade perante as maiorias.

Democratizar é dividir as decisões. Não basta criar espaços públicos de negociação e garantir um funcionamento formal destes espaços. O processo de decisão no Governo municipal precisa abrir-se à participação cidadã, ao controle social, ao conhecimento dos paulistanos. E superar a falta de informações e a fragmentação do poder público para tratar das questões sociais. Isto pode ser feito com a articulação das ações de governo no plano de cada território da cidade, de cada Subprefeitura. Neste sentido, o planejamento e a execução do orçamento municipal e das ações de governo — tanto a nível municipal quanto nas Subprefeituras — não podem ser vistos como procedimentos técnicos, de especialistas.

Eles são a oportunidade da pactuação democrática. Eles são a oportunidade para, concretamente, o governo propor a todos os cidadãos moradores desta cidade que apoiem políticas de inclusão social. Já existem espaços para esta pactuação, como as Conferências Municipais de saúde e educação, como o Orçamento Participativo. E surgem novas oportunidades, como estimular a articulação entre os Conselhos de Representantes a serem criados em cada Subprefeitura.

Democratizar a nossa democracia e repartir a riqueza não são bandeiras partidárias, são exigências para que possamos alcançar uma convivência solidária, uma vida em sociedade onde encontrar com estranhos seja um prazer.

*Texto publicado no jornal Diário de São Paulo de 02 de novembro de 2004